

# REPRODUÇÃO – AUSÊNCIA DA EXPERIÊNCIA E IMPOSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO

Gabriel Felipe Pautz Munsberg  
Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
gabriel\_munsberg@yahoo.de

## RESUMO

O presente artigo pretende analisar questões da (falta de) experiência e da paradoxal quantidade de informações do período pós-moderno expressos na obra de ficção *Reprodução*, de Bernardo Carvalho (2013). Esta investigação tem como base teórica as concepções de Giorgio Agamben sobre o conceito de experiência (*Erfahrung*) de Walter Benjamin, entre outros. A partir da análise contrastiva de textualidades de diferentes áreas, deseja-se apresentar a situação pós-moderna da literatura brasileira contemporânea, em que a individualidade humana prostra-se no limbo da procura por sua afirmação dentro da sociedade, através da linguagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-modernidade.  
Experiência. Incomunicabilidade.

## ABSTRACT

This article intends to analyze issues of the (lack of) experience and the paradoxical amount of information in the postmodern period expressed in Bernardo Carvalho's work of fiction, *Reprodução* (2013), based on the theoretical conceptions of Giorgio Agamben on the concept of experience (*Erfahrung*) from Walter Benjamin, among others. From the contrastive analysis of textualities from different areas, we wish to present the post-modern situation of contemporary Brazilian literature in which human individuality prostrates itself in the limbo of the search for its affirmation within society through language.

**KEYWORDS:** Postmodernity. Experience. Incommunicability.

“Alguém devia ter caluniado a Josef K., pois sem que ele tivesse feito qualquer mal foi detido certa manhã.”  
Franz Kafka, *O processo* ([1925] 1979)

O mundo moderno apresenta-se embebido em uma atmosfera peculiarmente desorientada, na qual o indivíduo prende-se pegajosamente, propositalmente ou não, em situações nas quais o desconhecido tende a fazer as vezes da normalidade. Essa singularidade também envolve os personagens das narrativas da literatura contemporânea proporcionando uma densa cortina de dúvidas ao que é narrado, tanto pelos próprios personagens quanto pela voz narrativa. Como na epígrafe de *O processo*, de Franz Kafka (1979), calcada no pretérito imperfeito, a desconfiança se instaura já nas primeiras linhas das narrativas (pós-) modernas. A entrada abrupta de policiais naquilo que deveria corresponder à habitual rotina de Josef K. instaura a estranheza na situação. Por sua vez, K. apenas pensa:

Deixar-me-ei intimidar pela conversa desses empregados inferiores, pois eles próprios admitem que o são. De qualquer modo, estão falando de coisas que de maneira alguma compreendem. A segurança que ostentam apenas é possível devido à sua estupidez. Será bastante que eu fale algumas palavras com um representante da autoridade de condição igual à minha para que tudo se torne incomparavelmente mais claro que me atendo aos maiores discursos destes dois (KAFKA, 1925, p. 12).

“Estranhíssimo” é como o narrador de *Reprodução* (2013), de Bernardo Carvalho, caracteriza o que se passa no aeroporto, quando um estudante de chinês encontra sua ex-professora, sumida há dois anos sem maiores explicações, na fila de embarque do avião para a China. A súbita intromissão de um policial, ao retirar a ex-professora de chinês e sua acompanhante da fila de embarque, e a seguinte detenção do estudante de chinês, em uma sala no terceiro andar do aeroporto, trazem à tona novamente, quase cem anos depois de *O processo*, uma (nova?) crise do indivíduo com o mundo, também evidenciada pela incomunicabilidade entre os sujeitos.

O estudante de chinês, protagonista de *Reprodução*, é um sujeito na casa dos 50 anos, divorciado e desempregado. O personagem acha que não consegue mais dizer o que quer em sua língua materna, por isso resolve estudar mandarim. A impossibilidade de falar algo em uma língua demonstra a inexistência de poder<sup>i</sup> de um ser falante que “seria desde sempre imediatamente unido à sua natureza linguística e não encontraria em nenhuma parte uma descontinuidade e uma diferença nas quais algo como um saber e uma história poderiam produzir-se” (AGAMBEN, 2005, p. 14). Tal incomunicabilidade é uma característica intrínseca ao indivíduo (pós-) moderno, evidenciado já por Kafka.

A instabilidade do protagonista é permeada pelo paradoxal; Heitor Mello afirma ser ele “uma espécie de espantalho, mas cujo corpo, no lugar das palhas, é feito de informações da internet” (MELLO, 2013). Ao não conseguir mais dizer o que quer na língua materna, ele procura por uma língua estrangeira – “vamos chamar essa língua de chinês, na falta de um nome melhor” (CARVALHO, 2013, p. 9) –, mas já sabe que tal possibilidade é efêmera, pois esse sistema de comunicação é impossível de ser apre(e)ndido. O narrador dessa ficção não se intromete na trama, porém sua existência demonstra a necessidade de uma voz para pontuar as ações desse personagem que não consegue se constituir estável em linguagem.

A problemática da comunicação faz com que Giorgio Agamben também traga à tona a discussão sobre a destruição da experiência, colocada em crise já por Walter Benjamin desde a Primeira Guerra Mundial. No ensaio “Experiência e pobreza”, de 1933, o crítico alemão relata que os combatentes voltavam dos *fronts* “mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (BENJAMIN, 2012, p. 115), apesar de toda gama de vivências e estratégias às quais foram expostos. Ou seja, a experiência da guerra não reflete beneficemente na experiência de vida dos soldados. Dessa forma, a experiência coletiva – *Erfahrung*<sup>ii</sup> – entra

em vias de extinção para Benjamin. Por sua vez, Agamben define a experiência como destruída pela “pacífica existência cotidiana em uma grande cidade”, pois esta atividade nada tem mais a oferecer como traduzível à experiência:

não a leitura do jornal, tão rica em notícias do que lhe diz respeito a uma distância insuperável; não os minutos que passa, preso ao volante, em um engarrafamento; não a viagem às regiões íferas nos vagões do metrô nem a manifestação que de repente bloqueia a rua; não a névoa dos lacrimogêneos que se dissipa lenta entre os edifícios do centro e nem mesmo os súbitos estampidos de pistola detonados não se sabe onde; não a fila diante dos guichês de uma repartição ou a visita ao país de Cocanha do supermercado nem os eternos momentos de muda promiscuidade com desconhecidos no elevador ou no ônibus. O homem moderno volta para casa à noite extenuado por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atrozes –, entretanto nenhum deles se tornou experiência (AGAMBEN, 2005, p. 22).

Além da correria exigida pelo modelo capitalista, no qual os homens passam muito tempo do dia em função do trabalho e perdem tempo e energia para a experimentação, o indivíduo moderno também não efetua em si as experiências do cotidiano ao torná-las exteriores a si mesmo de forma proposital. É o caso dos museus, por exemplo, onde o homem moderno vê obras artísticas através da tela da câmera fotográfica e não mais diretamente com a realidade. Tal fuga do confronto direto com a realidade ratifica a ideia de Agamben ao situar as experiências acontecendo no exterior do homem.

De maneira habitual, a contemporaneidade é constituída de significativos eventos. Porém, existe a incapacidade de traduzir as experiências em linguagem por falta do direito legal de se fazer obedecer, “porque a experiência tem o seu necessário correlato não no conhecimento, mas na autoridade, ou seja na palavra e no conto, e hoje ninguém mais parece dispor de autoridade suficiente para garantir uma experiência” (idem, p. 23). Assim como a fuga do confronto com a realidade, existe a contenção daqueles que possuem a autoridade da experiência em aflorá-la, pois a autoridade do tempo presente baseia-se mais

no “inexperenciável” do que na legitimação da própria experiência. Nas palavras de Walter Benjamin, “a experiência caiu de cotação”<sup>iii</sup>.

Talvez na recusa destas vivências exista um “germe da experiência futura”, no qual a quantidade de informações possa gerar um novo conceito de autoridade frente à realidade quando tais informações tornarem-se conhecimento de fato. Tal potência do saber é uma concepção científica do cenário pós-moderno que, muitas vezes, é confundida com o acúmulo de informações.

O cenário pós-moderno é essencialmente cibernético-informático e informacional. Nele, expandem-se cada vez mais os estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidade entre linguagem e máquina informática (BARBOSA, [1985] 1986, p. viii).

*Bits* de informações são criados, recebem *likes*, comentários e são compartilhados para que outras pessoas realizem o mesmo hábito inveterado. A natureza das informações vai de fotos que não possuem mais o significante de documentos ou monumentos a textos desprovidos de conteúdo, passando por listas de “melhores”. Novamente, o homem moderno se vê rodeado desses signos sem valor de uso, não vive a experiência e permanece sem autoridade para compartilhá-la. Umberto Eco, em entrevista à revista *Época*, define que “a imensa quantidade de coisas que circula é pior que a falta de informação. O excesso de informação provoca a amnésia. Informação demais faz mal” e “a *internet* é perigosa para o ignorante porque não filtra nada para ele” (ECO, 2011). A abertura concedida pelo “ignorante” pós-moderno ao não filtrar as informações permite, por exemplo, a governos e grandes corporações a definição dos conteúdos que devem ou não despertar debate entre os indivíduos, resultando assim na alienação da sociedade através dos canais de mídias.

A invasão de aparelhos televisores aos domicílios confere ainda uma forma de se avaliar o nível de bem-estar da população. Ao mesmo tempo, realiza o controle de informações à sociedade; como pode ser exemplificado no caso do Brasil durante o período ditatorial, no qual a inserção da televisão nas residências serviu como uma estratégia de controlar remotamente a ruptura do sujeito com o mundo real:

Se as imagens não representam o real, mas o criam, visando a espetacularização da vida e a sedução do sujeito, pode-se supor, então, que o traço principal da condição contemporânea seja a dificuldade de sentir, captar e representar o mundo em que se vive. Apatia, depressão, ansiedade e perplexidade traduzem a impotência diante do mundo indecifrável, cuja totalidade fragmentada volta, em caleidoscópio, rearranjada nas telas de TV e dos computadores (PELLEGRINI, 1999, p. 202).

Tal reformulação ideológica, conforme Tânia Pellegrini, surge neste período como uma boa nova de que, mesmo com a censura vigente, o país e sua população enfim alcançam o patamar de modernidade, alicerçado nas aparências visuais<sup>iv</sup> e na falsa concepção de direito à informação. O acesso à informação permanece, ainda, reduzido, pois a própria memória da informação é também fragmentada. Tomo emprestada a metáfora de Antônio Cândido do texto literário como uma rosácea, uma grande vidraça formada por vitrais menores dispostos em compartimentos com narrativas individuais que, unidas, resultam em uma história maior. Da mesma forma, podemos pensar cada um destes pequenos vitrais como uma breve informação e, em conjunto, possui maior abrangência de dados. Porém, a rosácea necessita de luz para iluminar o interior das igrejas e também para que seja de todo útil. De que adianta, pois, possuímos uma rosácea de informações (tomemos o vidraceiro que a construiu como a mídia no controle do que se deve ou não ser publicado) se a fonte de iluminação (tomemos esta fonte como a capacidade do leitor em filtrar as informações) não nos é suficiente? (“Não vai me dizer que o senhor é dos que acham que a internet é uma

entidade do mal controlada pelas grandes corporações de mídia para acabar com a vida privada!"; CARVALHO, 2013, p. 19.)

Para o sociólogo Zygmunt Bauman (2001), a sociedade atual tem no acesso à “informação” (entre aspas) um dos direitos humanos mais bem assegurados – “ai daqueles que ousem lhes negar entrada” (p. 178) –, porém o sujeito moderno é “remotamente controlado” pelos meios de comunicação. A organização social proveniente do sistema capitalista promove a alienação da sociedade através dos *mass media*, os quais possuem nos “noticiários”<sup>v</sup> (novamente entre aspas) uma “celebração constante e diariamente repetida da enorme velocidade da mudança, do acelerado envelhecimento e da perpetuidade dos novos começos” (BAUMAN, 2001, p. 178). Assim sendo, o homem moderno vive sujeitado à velocidade das mudanças; preso à velocidade da criação e distribuição de informações, já previamente incutidas, as quais possuem cada vez menor validade, tanto em qualidade quanto em duração.

E é neste modo de viver sem filtrar informações que o protagonista de *Reprodução* se coloca. O estudante de chinês faz da *internet* sua morada (“Eu também tenho um blog. Estou no Facebook. Tenho muita opinião. E seguidores”; CARVALHO, 2012, p. 33), local onde seus comentários em portais de notícias e *blogs* são sua voz e a sua sabedoria provém da Wikipédia e revistas semanais. Influenciado pelas teorias conspiratórias facilmente encontradas na *internet*, acredita que a China dominará o mundo e aqueles que entenderem a “língua do diabo” terão privilégios, porém nem mesmo após seis anos ele consegue se comunicar naquele idioma estudado até a metade da lição 22 do quarto livro do nível intermediário.

Incrustado no pensamento da dominação chinesa há uma definição de que a cultura do dominador seja sempre melhor que a do colonizado. A cultura e os costumes chineses seriam superiores aos brasileiros (“O Brasil é que é o país do atraso. Ninguém precisa estar à frente do seu tempo pra dar errado no Brasil”; idem, p. 44). Em uma discussão desnecessária, pois, ao estudante de chinês, o peso do conhecimento faz com que as questões como inferioridade e superioridade pareçam insignificantes. Edward Said (1990) apresenta um exemplo dessa posição ao relatar, quando o ex-primeiro-ministro britânico Arthur James Balfour não comenta a superioridade de seu país frente à inferioridade egípcia, sobre os problemas que a Inglaterra havia de lidar com o Egito, em 1910; sendo que o faz porque essas são concepções intrínsecas aos dominadores. A posição do dominador é a de desprezar a identidade do colonizado, diminuindo a sua representação ao selvagem. O que o estudante de chinês faz é, pois, afirmar a superioridade chinesa não somente à brasileira, mas sim ao resto do mundo, uma vez que sua cultura e costumes seriam espalhados por todo território mundial, como a própria linguagem.

Conduzido a uma sala de depoimentos sem janelas e sem *wi-fi* no aeroporto, o estudante de chinês expressa-se em um discurso típico e problemático daqueles que possuem informações, mas não sabem o que fazer com elas. A sala sem janelas (mesmo sem *wi-fi*) materializa a *internet* ao personagem e sua fala demonstra os preconceitos contra as minorias, mas ele não se considera racista, simplesmente por ser brasileiro. O discurso fascista do estudante de chinês é despejado nas páginas do primeiro e terceiro (e último) capítulos do livro de forma que o leitor vê comicidade em tamanhos absurdos. Esses absurdos são ainda mais evidenciados ao passo que suas respostas variam em inúmeros assuntos, geralmente polêmicos, em sequências por vezes não lógicas, entremeadas pelas

opiniões controversas. Por essa razão, sua situação se complica, uma vez que as perguntas do delegado não possuem transcrição.

Eu disse!? Dei a entender? Puta que pariu! E o que é que o senhor quer que eu diga?! Preferia nascer morto ou aleijado a nascer gay! Até nascia preto se precisasse, mas gay?! E o que é que se diz numa hora dessas? Que é que o senhor quer que eu diga? Puta que pariu, sim, senhor! Puta que pariu! Puta que pariu! Mil vezes puta que o pariu! *[Enquanto repete ao delegado toda a sua indignação, o estudante de chinês percebe, de repente, que não tem absolutamente para onde ir nem razão para ir a lugar nenhum, que dizer para continuar falando.]* Prende! Pode prender. Prende, sim. Que é que está esperando? Como se eu já não estivesse preso! Onde é que estamos? Eu tenho direito a um advogado. Ou não tenho? É o fim do mundo, é?! (idem, p. 136).

A ausência do outro no interrogatório, transformando-o em monólogo, reflete também o *locus* dos portais de notícias e blogs em que o comentarista torna-se o criador e mantenedor de uma ideia, ignorando e afugentando por sua vez as opiniões dos outros comentaristas:

Como não sei falar? Quem disse? E só disse que não entendi o que ela disse. Porque deve ser de uma lição posterior, que eu não aprendi. Ela me abandonou no meio da lição 22 do quarto livro do curso intermediário. O.k., não repito. Já sabe das homofonias. Certo. Não, não! Não vou falar das homofonias. O senhor me chama de gay mas não posso falar das homofonias. Então, é um diálogo de surdos. Só um decide o que quer ouvir e o que o outro vai dizer. Não, claro, o senhor manda, mas é preciso que fique claro que é um diálogo de surdos. E talvez venha daí a minha exaustão. O senhor não entende o que eu digo, porque não quer ouvir. É isso mesmo. Só o senhor falou até agora. Não, agora eu vou dizer, preciso dizer uma coisa (idem, p. 153).

Tal espantinho da informação de Bernardo Carvalho afugenta o interlocutor do interrogatório, fazendo com que se torne o enunciador único da mensagem, tratando o monólogo como uma forma de discurso em que o personagem expressa suas ideias sem a necessidade de um interlocutor (“O nível está baixíssimo. Não dá pra conversar. Não tem interlocutor. Ninguém sabe nada. Tá difícil encontrar alguém do meu nível. Sou um cara informado. Pronto, falei”; idem, p. 37). O estudante de chinês vai também contra a

concepção de que sua fala seja pensada profundamente, pois praticamente fala sem pensar, visto a imensa gama de contradições que complicam sua situação frente ao policial.

Apesar de o personagem afirmar-se como possuidor de opiniões, é notável a reprodução de comentários de senso comum. Em decorrência da falta de compreensão de mundo, o protagonista não tem a autoridade de dizer algo novo, apenas reproduz: “Não fui eu que disse. Foi o vice-presidente do Irã. Estou só reproduzindo o que eu li. São argumentos dele. Está nos jornais, nas revistas, na internet” (idem, p. 30); “Os colunistas dizem. Eu também acho” (idem, p. 41). Paradoxalmente, o estudante de chinês, mesmo incapacitado de comunicar uma mensagem própria, é identificado como um indivíduo portador de saberes, logo, de poder, pois toda sociedade hesita na incomunicabilidade em função da falta de experiências. Com essa arquitetura narrativa, sem coerência e coesão, Bernardo Carvalho expõe o homem pós-moderno ridicularizado, que não pensa, apesar de ser *homo sapiens*.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In.: LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CARVALHO, Bernardo. *Reprodução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ECO, Umberto. Umberto Eco: “O excesso de informação provoca amnésia”. *Época*, São Paulo, 30 dez. 2011. Entrevista concedida a Luís Antônio Giron. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2011/12/umberto-eco-o-excesso-de-informacao-provoca-amnesia.html>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Abril, 1979.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MELLO, Heitor Ferraz. O espantalho da informação. *Revista Cult*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/01/o-espantalho-da-informacao/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PELLEGRINI, Tânia. *A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea*. São Paulo: Mercado das Letras, 1999.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

**Recebido em 7 de abril de 2017.**

**Aceite em 20 de julho 2017.**

#### Como citar este artigo:

MUNSBERG, Gabriel Felipe Pautz. *Reprodução – ausência da experiência e impossibilidade de comunicação*. Rio de Janeiro, *Palimpsesto*, n. 24, p. 3-14, jan.-jun., 2017. Disponível em: <<http://www.pgletas.uerj.br/palimpsesto/num24/dossie/palimpsesto24dossie01.pdf>>. Acesso em: **dd mmm. aaaa**. ISSN: 1809-3507.

<sup>i</sup> Toma-se aqui o conceito de Jean-François Lyotard sobre poder como conhecimento: “este não é somente o bom desempenho, mas também a boa verificação e o bom veredito. O poder legitima a ciência e o diretor por sua eficiência, e esta por aquelas. Ele se autolegitima como parece fazê-lo um sistema regulado sobre a otimização de suas performances” (LYOTARD, 1986, p. 84).

<sup>ii</sup> A *Erfahrung*, dentro dos conceitos benjaminianos, é o conhecimento obtido e acumulado através de uma experiência empírica, como em uma viagem (o verbo *erfahren*, em alemão, pode significar “saber” ou “sofrer”; quando adjetivado, significa “experimentado”), analisado sempre em confronto com *Erlebnis*, o qual significa um conceito de vivência (*erleben*, em alemão, é o verbo que remete a “viver” ou “presenciar”).

<sup>iii</sup> Georges Didi-Huberman, em *Sobrevivência dos vaga-lumes* (2011), propõe uma interessante leitura sobre esta afirmação do ensaio “Experiência e pobreza” de Walter Benjamin (1933): “o que ‘cai’ não ‘desaparece’ necessariamente, as imagens estão lá, até mesmo para fazer reaparecer ou transparecer algum resto, vestígio ou sobrevivência” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 121). Contextualizando o texto de Benjamin como obra de um judeu na Alemanha quando da ascensão do Nazismo, Didi-Huberman contraria a radicalização de Giorgio Agamben e sugere que “cabe somente a nós, em cada situação particular, erguer essa *queda* à dignidade, à ‘nova beleza’ de uma coreografia, de uma invenção de formas” (DIDI-HUBERMAN, p. 127).

<sup>iv</sup> “No entanto, o fermento estético do Ato [Institucional 5] secou depois de 1975, quando a ‘fachada modernizante do país arcaico’ (já nesse momento entre aspas) mostrou que os filmes brasileiros eram campeões de bilheteria no mercado nacional, que as telenovelas em cores passaram a ser a linguagem viva e o ópio de milhões de brasileiros, que a censura desapareceu da imprensa escrita e que o mercado fonográfico tornou-se o quinto do mundo. O triste país espiritual de 1968 acorda então com um suporte material que evidentemente nada tem a ver com a qualidade da produção, mas que permite a sua existência e saúde” (trecho de revista *Veja* de 1978 apud PELLEGRINI, 1999, p. 182).

<sup>v</sup> “O ‘noticiário’ – essa parte da informação eletrônica que tem maior chance de ser confundida com a verdadeira representação do “mundo lá fora”, e a mais forte pretensão ao papel de ‘espelho da realidade’ (e a que comumente se dá o

---

crédito de refletir essa realidade fielmente e sem distorção – está na estimativa de Pierre Bourdieu entre os mais perecíveis dos bens em oferta” (BAUMAN, 2001, p. 178).